

Ano V • Número 50 • Dezembro/2015

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

A PIORA DO AMBIENTE POLÍTICO, COM OS DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO E O ACEITE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO PEDIDO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, TORNOU O CENÁRIO PARA 2016 MAIS DESAFIADOR DO QUE O PREVISTO.

NO FRONT ECONÔMICO, A DECISÃO DE MAIS UMA AGÊNCIA DE REBAIXAR A NOTA DE CRÉDITO BRASILEIRA CULMINOU COM A PERDA DO GRAU DE INVESTIMENTO, AUMENTANDO A VOLATILIDADE DOS ATIVOS. A SINALIZAÇÃO NA ATA DO COPOM DE UMA EVENTUAL ELEVAÇÃO DOS JUROS, POR SUA VEZ, REALÇOU AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA MONETÁRIA ANTE A RESILIÊNCIA INFLACIONÁRIA E A RETRAÇÃO DA ECONOMIA.

NO SEGMENTO DE RENDA FIXA, O AJUSTE NOS PREÇOS DOS ATIVOS PERMANECE VOLÁTIL E SEGUE O CURSO DOS EVENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS. NO MERCADO DE CAPITAIS, O DESTAQUE SÃO AS OFERTAS DE FIDC APÓS TRÊS MESES SEM EMISSÃO. NA INDÚSTRIA DE FUNDOS, QUESTÕES SAZONAIS E DE CONJUNTURA RESULTARAM EM UM EXPRESSIVO RESGATE LÍQUIDO.

RENDA FIXA

Cenário menos previsível afeta segmentos »

A conjugação de eventos no âmbito político e econômico elevou o grau de incerteza dos investidores, o que se refletiu nos preços dos ativos e na realocação de recursos.

MERCADO DE CAPITAIS

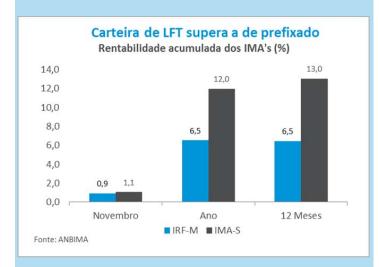
FIDC se destaca em mês de menor captação do ano »

Após três meses sem emissões de FIDC, esse instrumento de securitização liderou as captações em novembro com R\$ 1 bilhão, mas o mês teve o menor volume ofertado no ano diante da piora de cenário.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Resgate líquido supera R\$ 20 bilhões em novembro »

Conjunção de fatores como o recolhimento do IR - Imposto de Renda "comecotas", o aumento da incerteza no final do mês e o maior volume de resgates para o pagamento do 13º salário resultaram em expressivo resgate líquido.





Cenário menos previsível afeta segmentos

Marcelo Cidade

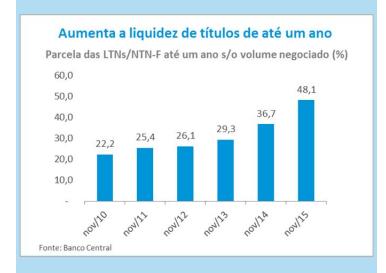
- ► Piora do ambiente político em novembro limita rentabilidade dos ativos de renda fixa
- ► Após registrar ganho de 5,1% até o dia 20. retorno do IMA-B5+ recua para 1,35% no mês
- ► IMA-S supera rentabilidade do IRF-M no mês, ano e em doze meses

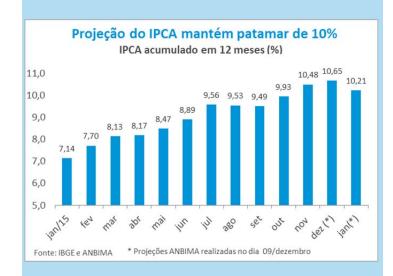
Nas últimas semanas, a conjugação de eventos no âmbito político e econômico elevou o grau de incerteza dos investidores, o que se refletiu nos precos dos ativos e na realocação de recursos no segmento. Os novos desdobramentos do ambiente político foram seguidos pela indicação na ata da última reunião do Copom de uma possível subida dos juros no início de 2016, e culminanaram com a perda do grau de investimento da nota de crédito soberano brasileira em meados de dezembro.

Entre outubro e meados de novembro, o arrefecimento da volatilidade decorrente da trégua política – tema abordado na edicão do último Panorama – vinha permitindo a recuperação dos preços dos ativos. Entretanto, na última semana daquele mês, a piora do ambiente político limitou a rentabilidade dos títulos, com impactos relevantes na valorização das carteiras de maior duration.

O IMA-B5+, que replica a carteira das NTN-B acima de cinco anos, registrava até o dia 20/11, ganho no mês de 5,11%. Após essa data, o índice capturou uma perda de 3,57% até o final do mês, consolidando valorização de 1,35% no período. Esse mesmo movimento foi observado no IRF-M1+, carteira prefixada acima de um ano, que apresentou variações de 2,19% (até 20/11) e -1,37% (entre 23 e 30/11), resultando em um retorno mensal de 0.83%.

O ambiente de maior aversão ao risco para os ativos de prazos mais longos estimulou a demanda por títulos de curtíssimo prazo, impactando o perfil dos rendimentos no mercado ao longo do ano.





quadro Esse ilustrado pelo descolamento da valorização das carteiras das LFTs em mercado, refletida na trajetória do IMA-S, em relação à performance do IRF-M, que expressa a carteira prefixada marcada a mercado.

A abertura da rentabilidade acumulada no ano de 11,97% das LFTs em relação à variação de 6,52% das LTN/NTN-F no mesmo período indica a preferência dos investidores por ativos com características de curto prazo - a carteira do IMA-S apresenta duration zero contra a de 1,8 anos do IRF-M. A magnitude desse diferencial de rentabilidade expõe as restricões do segmento de ativos com remuneração prefixada em um cenário de pouca previsibilidade.

Na mesma direção, vale destacar a redução dos prazos médios de emissão dos títulos prefixados em 2015. sobretudo a partir dos leilões de maio, quando a maturidade média atingiu 33 meses. Com o encurtamento dos prazos essa média caiu para 18,7 meses nos leilões de outubro. Os negócios no mercado secundário também refletiram a preferência pela liquidez, com as operações concentradas nos ativos de prazos mais curtos. Nos meses de novembro de 2014 e de 2015 houve um aumento relevante das parcelas negociadas de titulos prefixados com maturidade de até um ano, que

- Prazo médio das emissões pré cai para 18,7 meses em outubro
- Prefixados até um ano respondem por 48% da liquidez
- Comitê Macro projeta IPCA de 10,65% para 2015

chegaram a atingir 36,7% e 48,1% do total negociado de prefixados. Vale notar que no mesmo mês, entre 2010 e 2013, a participação dos títulos prefixados de até um ano de prazo não chegava a ultrapassar 30% do volume total de negócios no período.

Em relação à inflação, os recentes resultados do IPCA ressaltam uma resiliência inflacionária acima da esperada em um contexto de recessão da economia. Pela projeção do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA para os meses de dezembro/15 e janeiro/16, a inflação acumulada em 12 meses mantém um patamar superior à 10% (10,65% 10,21% е respectivamente).

A demora no ajuste dos preços fez o Copom sinalizar, na ata divulgada em 03/12, a possibilidade de elevação dos juros na sua próxima reunião (janeiro/16), a depender da evolução das principais variáveis econômicas. Esse indicativo





exigiu uma calibragem nos precos dos ativos, sobretudo dos prefixados de prazos mais longos que, naquele dia, sofreram a maior desvalorização entre os índices do IMA, em face da perspectiva de um eventual ciclo de alta dos juros para o início de 2016.

A perda do grau de investimento, após a decisão da agência Fitch em 16/12, deverá elevar ainda mais a volatilidade do segmento. Em 09/12, a sinalização da agência Moodys de um possível downgrade já havia provocado gueda nos preços dos títulos. Entre 10/12, dia seguinte ao anúncio pela agência Moodys, e 14/12, o IMA Geral desvalorizou 0,28%. Já o índice de maior duration, o IMA-B5+, registrou gueda de 0,55% no período.

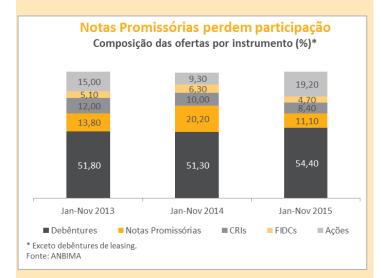
A piora das expectativas afetou o resultado dos leilões ocorridos em 10/12. quando as taxas médias de colocação foram superiores às auferidas nas ofertas anteriores. A NTN-B 15/5/19, a mais líquida do segmento, foi vendida à taxa de 7,39% contra 6,88% em 17/11.

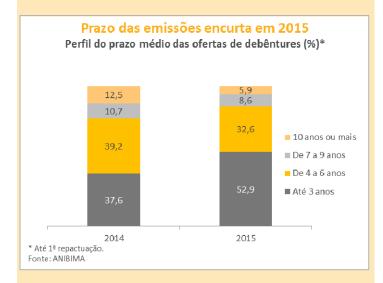
fluxo mensal de investimentos estrangeiros em ativos de renda fixa domésticos registrou uma saída líquida de US\$ 6 bilhões em setembro e outubro. Esse movimento está refletido na participação dos investidores não residentes na Dívida Pública Mobiliária. cuja parcela vem mantendo-se abaixo

- ▶ Copom indica elevação de juros na próxima reunião
- ► IMA registra desvalorização após anúncio da Moodys
- Tesouro vende NTN-B 15/5/19 à taxa de 7,39%

dos 20% no segundo semestre, ao contrário do que foi observado nos primeiros seis meses do ano. Em outubro. último dado disponível, essa participação correspondeu ao estoque de R\$ 479 bilhões, o que revela uma redução de R\$ 14 bilhões dessa carteira em relação à junho.

A piora adicional das condições de negócio no final do ano já compromete as perspectivas do segmento para o primeiro trimestre de 2016. A falta de clareza e de perspectivas positivas no campo político e econômico devem se traduzir em elevação nos custos de captação do Governo, desvalorização dos ativos e volatilidade dos indicadores.





FIDC se destaca em mês de menor captação do ano

- Dalton Boechat
- ► Novembro registra o menor volume captado no mercado de capitais em 2015, com R\$ 1,29 bilhão
- Ofertas de FIDC lideram em volume e respondem por 78,1% do total captado no período
- Volume de debêntures no mês corresponde a 6% da média mensal captada nesse instrumento em 2015

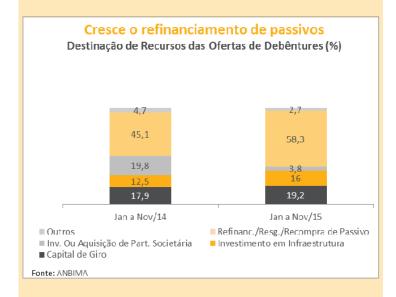
O recrudescimento da incerteza em novembro também afetou a captação por parte das empresas, com as ofertas no mercado de capitais ficando no menor patamar de 2015. De fato, foi o pior novembro para o segmento desde 2002, tanto em volume (R\$ 1,29 bilhão) quanto em número de operações (4).

Entre as captações domésticas destaca-se a securitização por meio de FIDC, instrumento que ficou três meses sem registrar ofertas. Foi uma única operação com volume de R\$ 1 bilhão, que respondeu por 78,1% do total captado no mês. Pela primeira vez no ano, as debêntures não lideraram as captações de renda fixa, registrando o menor volume emitido no período (R\$ 275 milhões) duas ofertas. em corresponderam a 6% da média mensal de captação com esse ativo em 2015. Uma única emissão de CRI, em volume residual de R\$ 7,7 milhões, completou a captação no período.

Apesar do baixo volume de emissões de debêntures no mês, e sem considerar as emissões de leasing, a participação desse instrumento de captação no acumulado do ano passou de 51,3% para 54,4% em relação ao mesmo período de 2014, revelando que o cenário foi ainda mais desfavorável para os demais instrumentos de captação doméstica.

relativos. termos as Notas Promissórias foram os ativos que mais reduziram a participação no volume captado este ano (de 20,2% em 2014 para 11,1%), perdendo a segunda posição entre os instrumentos de captação utilizados pelos emissores, conforme observado nos últimos anos. E despeito das alterações isto, regulatórias recentes que ampliaram as possibilidades de ofertas para prazos acima de 12 meses. Vale notar que em conjunturas, como a atual, marcadas por juros e volatilidade elevados, as notas tendem a ser bastante utilizadas pelos





emissores como fonte de recursos de curto prazo. Em grande medida, a redução das ofertas decorreria da estratégia das empresas de não emitir dívida nova em um ambiente de forte recessão, optando por renegociar prazos e condições das dívidas já contratadas a ampliar o endividamento no mercado de capitais. Tal decisão acabou se refletindo no encurtamento dos prazos das debêntures, que tiveram mais da metade das ofertas em 2015 com vencimento até 3 anos, e no maior direcionamento dos recursos captados nessas emissões para o refinanciamento, recompra ou resgate de dívidas.

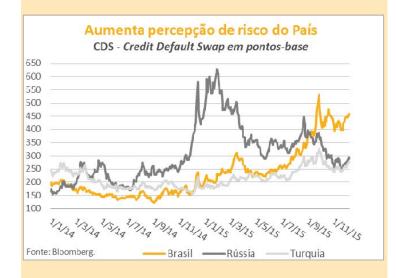
A cautela nas emissões se refletiu na queda do volume de ofertas domésticas, que atingiu o nível mais baixo desde 2009. No acumulado de 2015, até novembro, a captação foi de R\$ 95,6 bilhões, valor que se aproxima ao apurado em 2008, auge da crise internacional. financeira se desconsiderarmos emissão de а debênture de leasing de R\$ 10,5 bilhões, efetuada no período. Mesmo com a previsão de novas captações em dezembro, a perspectiva é de que este ano os volumes emitidos no segmento figuem abaixo de R\$ 100 bilhões, repetindo o apurado em 2008.

Em relação às captações externas, nenhuma oferta foi realizada no segundo

- Notas Promissórias lideram a perda de participação nas captações em 2015
- ► Captações totais no ano devem ficar abaixo de R\$ 100 bilhões
- ► Recursos captados no mercado internacional é o menor em 6 anos

semestre do ano. A última captação foi registrada em junho de 2015 e desde então o cenário para emissões no mercado SÓ externo piorou. principalmente após a redução das notas de rating pelas agências de risco e pelo forte ajuste cambial. De fato, as emissões de títulos de dívida no mercado internacional tiveram а menor contribuição dos últimos seis anos para o financiamento das empresas nacionais entre as demais alternativas de mercado de capitais. O volume captado no ano, até novembro, foi de apenas 7,5 bilhões de dólares.

A análise da curva de credit default swaps – CDS para o Brasil já vinha indicando uma trajetória ascendente e de maior custo para o acesso ao mercado internacional pelas empresas locais. Se comparadas às taxas da Rússia (que tinha rating de crédito pior que o brasileiro, com grau especulativo) e da Turquia (que tinha a mesma nota que o Brasil na maior parte desse período), observa-se que o





indicador para o país já apontava a possibilidade de piora na classificação de risco. O rebaixamento, que foi confirmado no último dia 16/12, pode desestimular ainda mais a captação de recursos no exterior, tendo em vista a potencial exigência de prêmio mais alto para as ofertas das empresas brasileiras.

Do ponto de vista da regulação do mercado de capitais, destaca-se período a divulgação pela CVM da Instrução nº 569, que regulamenta a oferta pública de distribuição do COE (Certificado de Operações Estruturadas) com dispensa de registro, que atende a pleito da ANBIMA. A norma flexibiliza o instrumento em termos de prazo, indexadores e risco, facilitando a comercialização e o alcance do produto por um universo maior de investidores. Atendendo à solicitação da Associação, a CVM postergou, para final de fevereiro próximo, o prazo de adaptação pelas instituições financeiras às novas regras de ofertas públicas ao varejo, que inclui a utilização de materiais publicitários e a inclusão dos certificados nos seus canais de distribuição. Com as alterações, a expectativa é de fortalecimento desse produto, que antes era negociado apenas de forma bilateral.

Finalmente, vale destacar a edição da minuta da nova Instrução sobre o exercício da função de agente fiduciário,

- Curva de CDS para o Brasil antecipou queda de rating
- Norma flexibiliza regras para oferta pública de COE
- ► CVM divulga Minuta que altera atuação dos Agentes Fiduciários

que ficará em audiência pública até 8/2/16. As propostas objetivam atualizar as normas da Instrução CVM nº 28 e estendê-las aos agentes fiduciários que exercem essa função em emissões públicas de diferentes valores mobiliários, além das debêntures. Dispõe ainda que instituicões financeiras somente autorizadas pelo Banco Central podem exercer a função de agente fiduciário e dentre outras regras, propõe. modernização do regime informacional por parte desses agentes, com o envio das informações eventuais e periódicas à CVM por meio de sistema eletrônico.

Indústria registra resgate líquido de R\$ 20,4 bi no mês Captação Líquida por classe no mês e no ano (R\$ bilhões) Renda Fixa Acões ■ Novembro ■ Ano Multimercados Cambial Previdência 32.6 ETF 0.4 FIDC FIP 18.9 -20.4 Total 7.9

Fonte: ANBIMA

EAPC e Varejo lideram captação líquida no ano

Captação Líquida por segmento até outubro (R\$ bilhões)



Resgate líquido supera R\$ 20 bilhões em novembro

• Antônio Filgueira

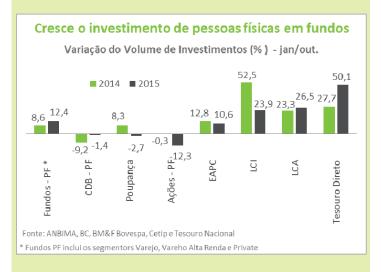
- Conjunção de fatores na última semana do mês provocou resgate líquido expressivo
- Saída líquida de recursos foi concentrada em fundos das classes Renda Fixa e Multimercados
- Entidades Abertas de Previdência **Complementar** lideram captação líquida de recursos no ano

A indústria registrou resgate líquido de R\$ 20,4 bilhões em novembro, o maior desde outubro de 2008, guando alcancou R\$ 28,9 bilhões. Diversos fatores levaram a esse resultado. Além do recolhimento do IR - Imposto de Renda "come-cotas" no último dia 30 em fundos de Renda Fixa e Multimercados, o aumento da incerteza no final do mês e o maior volume de resgates pagamento do 13º salário pesaram sobre

esse resultado, parcialmente atenuado pelos ingressos líquidos nas classes Previdência (R\$ 3,9 bilhões), FIDC (R\$ 2 bilhões) e FIP (R\$ 1,6 bilhão). De fato, os resgates líquidos foram concentrados na última semana do mês - até o dia 24 a indústria acumulava captação líquida de R\$ 11,1 bilhões - e justamente nas classes Renda Fixa (R\$ 19,4 bilhões) e Multimercados (R\$ 8,1 bilhões), as de maior patrimônio líquido e sujeitas à incidência do "come-cotas".

Com o resultado, a captação líquida acumulada no ano até novembro recuou. para R\$ 7.9 bilhões, o menor nível para o período desde 2008. A major aversão a risco levou as classes Multimercados e Ações a acumularem os maiores resgates no ano, de R\$ 28,8 bilhões e R\$ 16,2 bilhões, respectivamente. A captação líquida recorde das classes Previdência (R\$ 32,6 bilhões) e Participações (R\$ 18,9 bilhões), todavia, asseguraram saldo positivo para a indústria em 2015.

Os dados relativos à captação líquida por segmento de investidor, disponíveis até outubro, confirmam o significativo ingresso líquido em fundos da classe Previdência por parte de investidores institucionais (R\$ 19,4 bilhões), em movimento liderado pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar -EAPC. Os investidores do Varejo também se destacam com a captação líquida de



Multimercados Macro são destaque no mês					
Rentabilidades (%) - Fundos e Indicadores Selecionados					
Tipo	Novembro	Ano	12m		
Renda Fixa Simples	1,22	12,58	13,66		
Renda Fixa Duração Baixa Grau de Inv.	1,07	12,16	13,26		
Renda Fixa Duração Alta Grau de Inv.	1,48	14,15	14,67		
Renda Fixa Duração Livre Soberano	1,21	12,87	13,88		
Multimercados Macro	1,76	20,85	21,53		
Multimercados Dinâmico	0,88	32,58	33,35		
Ações Livre	-0,43	-1,58	-6,46		
Ações Small Caps	0,60	-9,17	-13,37		
Cambial	0,95	47,87	51,97		
IMA-GERAL	1,05	8,22	7,61		
IMA-B	1,03	7,25	5,20		
IHFA	1,48	16,14	17,14		
Ibovespa	-1,63	-9,77	-17,50		
Dólar	-0,22	44,97	50,40		

Fonte: ANBIMA, BMF&Boyespa e Banco Central

R\$ 10 bilhões concentrada em fundos de Renda Fixa, que oferecem uma opção mais conservadora para a alocação de seus recursos, seguidos pelos investidores Estrangeiros (R\$ 9,5 bilhões), com a de suas aplicações maior parte direcionadas fundos para de Participações e Multimercados. Embora com menor volume e após expressivo resgate líquido registrado no mesmo período em 2014, o segmento Corporate acumula captação líquida de R\$ 4,4 bilhões em 2015, liderada pelo ingresso em fundos de Participações. Já os investidores dos segmentos Fundos de Pensão. Private e Poder Público acumulam os maiores resgates líguidos até outubro, concentrados em fundos Multimercados e Ações.

A despeito do crescimento do volume de produtos isentos de IR, como a LCI e a LCA, bem como do Tesouro Direto, que vem atraindo um número cada vez maior de investidores, desde 2014 o volume de aplicações em fundos de investimento voltou a crescer entre aqueles disponíveis para aplicação por parte das pessoas físicas. Além disso, houve perda de competitividade da caderneta poupanca em função da elevação dos iuros, e o aumento das exigências para a composição do lastro da LCI e da LCA arrefeceu o ritmo de emissões desses títulos a partir do segundo semestre.

- Varejo se destaca com captação concentrada em fundos de Renda Fixa
- Desde 2014 as pessoas físicas vêm ampliando suas aplicações em fundos
- Fundos de Renda Fixa acumulam rentabilidade superior a 12% no ano

Os investidores do Varejo vêm sendo atraídos pelos fundos de Renda Fixa, que em boa parte acumulam rentabilidade superior a 12% no ano. No entanto, em função da alta de 44,97% do dólar até novembro, o fundo Cambial segue apresentando a maior valorização no ano (47,87%). Os fundos Multimercados Dinâmico também se destacam na indústria com rentabilidade acumulada de 32,58% em 2015 e uma política de investimento mais flexível, que permite reagir tempestivamente às condições de mercado.

Apesar do bom desempenho no ano, o aumento da incerteza no final de novembro, contudo, também afetou as rentabilidades. Se, até o dia 24, o Ibovespa havia valorizado 5,27% e os títulos com maior duração acumulavam alta superior a 4%, o fechamento do mês se deu com queda de 1,63% do Ibovespa

Fundos híbridos predominam entre os FIIs FII - nº de Emissões por segmento de atuação (2013 a out/2015) Segmento de Atuação 2014 Híbrido 29 Títulos e Valores Mobiliários 14 Laies Corporativas 12 0 Shoppings 3 3 Logística 1 Residencial 0 Outros 5 **Total Geral**

Fonte: ANRIMA

Fonte: ANBIMA

Fomento Mercantil lidera emissões de FIDC					
FIDC - nº de Emissões por foco de atuação (2013 a out/2015)					
Foco de Atuação	2013	2014	2015	Total	
Fomento Mercantil	38	34	11	83	
Multicarteira Outros	5	9	6	20	
Multicarteira Agro, Ind e Com.	2	3	4	9	
Poder Público	3	4	0	7	
Crédito Consignado	1	2	2	5	
Recbíveis Comerciais	1	3	1	5	
Financiamentode Veículos	0	2	1	3	
Infraestrutura	1	2	0	3	
Outros	6	1	1	8	
Total Geral	57	60	26	143	

e perda de parcela significativa da valorização dos títulos de renda fixa. Ainda assim, a rentabilidade da maior parte dos fundos de Renda Fixa superou a do IMA-Geral (1,05%) e o tipo Multimercados Macro registrou a maior valorização da indústria em novembro entre os fundos com PL relevante (1,76%), acumulando, assim, valorização de 20,85% no ano. Já a alta de 0,60% do tipo Small Caps em novembro foi destaque entre os fundos de ações.

No que se refere aos chamados fundos estruturados, recentemente a ANBIMA passou a disponibilizar estatísticas produzidas a partir de sua base de dados relativas ao FII - Fundo de Investimento Imobiliário e ao FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Passaram a ser divulgados os dados consolidados sobre as emissões, rankings de originação e de distribuição, bem como estatísticas sobre a evolução dos segmentos.

As estatísticas, divulgadas mensalmente no 10° dia útil, podem ser trabalhadas pelo usuário e permitem verificar, por exemplo, que o segmento de atuação predominante das emissões do FII desde 2013 foi o híbrido (aluquel e venda), enquanto as emissões de fomento mercantil foram as mais frequentes entre os FIDCs, conforme apresentado nas

- Aumento da incerteza no final do mês também afetou rentabilidades
- ► Tipo Small Caps foi destague de rentabilidade entre fundos de ações
- ANBIMA disponibiliza novas estatísticas sobre fundos estruturados

tabelas ao lado. Com a iniciativa, que também inclui o CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários, espera-se que a maior disponibilidade de informações contribua para o desenvolvimento desses produtos.



O Panorama ANBIMA busca identificar e explicar os principais movimentos dos mercados de capitais, renda fixa e fundos de investimento no mês, a partir das informações estatísticas que a Associação reúne em sua base de dados, contextualizando-os no cenário macroeconômico doméstico e internacional.

REDAÇÃO

Antônio Filgueira, Dalton Boechat, Marcelo Cidade e Vivian Corradin Gerência de Estudos Econômicos

DIAGRAMAÇÃO

José Carlos Oliveira Comunicação Institucional

COORDENAÇÃO

Enilce Leite Melo Gerência de Estudos Econômicos

SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO TÉCNICA

Valéria Arêas Coelho

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230, 13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501, 21° andar, CEP 05425-070 + 11 3471 4200

Presidente: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Flavio Augusto Aguiar de Souza, José Olympio da Veiga Pereira, Márcio Hamilton Ferreira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes.

Diretores: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salamonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnolli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÉ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino.

www.anbima.com.br